

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

UFVJM – Diretoria de Licitação e Contratos/Proad

Exercício 2025

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Órgão: **Ministério da Educação**

Unidade Auditada: **UFVJM/Proad/Diretoria de Licitação e Contratos**

Município/UF: **Diamantina/MG**

Relatório de Avaliação: **nº 03/2025 (1860602)**

Missão

Aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (assurance), assessoria (advisory) e percepção (insight) baseadas em risco.

Avaliação

O trabalho de avaliação, como parte da atividade de auditoria interna, consiste na obtenção e na análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Objetiva também avaliar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, e contribuir para o seu aprimoramento.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA UAIG?

O trabalho de auditoria tem como objetivo a avaliação da necessidade de cobrança do Certificado de Boas Práticas de Fabricação no Pregão Eletrônico 90014/2025, conforme alerta encaminhado pelo Sistema ALICE da CGU.

POR QUE A UAIG REALIZOU ESSE TRABALHO?

Trata-se de uma ação de acompanhamento de alertas encaminhados pelo Sistema ALICE – Analisador de Licitações, Contratos e Editais da CGU.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA UAIG? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Conclusões:

Cobrança de certificado incompatível com o objeto do pregão e-letrônico.

Recomendação 01.01 – À Diretoria de Licitação e Contratos, para verificar a necessidade do(s) certificado(s) constantes no alerta da ALICE.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALICE	Analizador de Licitações, Contratos e Editais.
CGU	Controladoria Geral da União.
Proad	Pró-Reitoria de Administração.
UAIG	Unidade de Auditoria Interna Governamental.
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

SUMÁRIO

POR QUE A UAIG REALIZOU ESSE TRABALHO?	3
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA UAIG? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?	3
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	4
SUMÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
RESULTADOS DOS EXAMES	7
RECOMENDAÇÕES	8
CONCLUSÃO	9
ANEXOS	10

INTRODUÇÃO

A Alice, acrônimo de Analisador de Licitações, Contratos e Editais, é uma ferramenta desenvolvida pela CGU que analisa diariamente, de forma automatizada, os processos de compras e contratações públicas. Diante de potenciais riscos e inconsistências, dispara alertas para que seja possível atuar de forma preventiva e tempestiva em processos licitatórios publicados.

No caso da UFVJM, atualmente a Alice realiza a análise a partir dos dados do Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), além das dispensas e inexigibilidades publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

No dia 27.08.2025, a UFVJM recebeu um alerta sobre a possível cobrança de certificados de boas práticas (Medicamentos - CBPF e CPDA), no Pregão Eletrônico n.º 90010/2025.

O escopo abrange, especificamente, o item 4.1.3, do Termo de Referência, que prevê que a contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

Com o presente trabalho busca-se responder às seguintes questões e subquestões de auditoria:

1. Há a necessidade de cobrança do Certificado de Boas Práticas de Fabricação no prego?

A metodologia empregada nesta auditoria envolveu a utilização do Sistema e-CGU para execução e gerenciamento dos Papéis de Trabalho, análise da legislação de referência, requisição de informações, análise de conformidades do edital e do termo de referência, consulta às informações disponíveis no portal institucional.

Durante a execução deste trabalho, não foram impostas quaisquer limitações ou restrições por parte da unidade auditada.

Como foi um procedimento apenas de verificação de um alerta do sistema ALICE e que demandou certa urgência em virtude da data de realização do prego, não realizamos reuniões de abertura e nem de busca conjunta de soluções.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Cobrança de certificado incompatível com o objeto do pregão eletrônico.

Fato 1 – O alerta da ALICE aponta cobrança do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) e do Certificado de Boas Práticas de Armazenagem (CBPA) para medicamentos no Pregão 90014/2025.

A análise do edital e do termo de referência indica, no item 4.1.3, a cobrança do CBPF, com base na RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

A RDC 497/2021 regula certificações de Boas Práticas de Fabricação/Distribuição/Armazenagem para diversos itens (Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, etc.), mas o objeto do pregão 90014/2025 é a aquisição de materiais químicos.

A Diretoria de Licitação e Contratos/UFVJM informou que a exigência seria retificada, uma vez que o objeto do pregão não demanda certificação correspondente.

Critério – Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

Condição – Cobrança de certificação CBPF/CBPA associada a itens fora do escopo do objeto do pregão.

Causa – Utilização de normativo não aplicável ao objeto do pregão.

Efeito – Risco de restrição à competitividade, por limitar a participação de potenciais interessados, que poderiam deixar de apresentar propostas diante da exigência criada pela cláusula restritiva. O item poderia resultar em deserto ou fracassado.

Conclusão – A exigência de certificação para o Pregão nº 90014/2025 revela-se inexigível, por não guardar pertinência direta e necessária com o objeto licitado, podendo implicar restrição à competitividade do certame.

RECOMENDAÇÕES

Achado nº 1.

01.01 – À Diretoria de Licitação e Contratos, para verificar a necessidade do(s) certificado(s) constantes no alerta da ALICE.

Benefícios esperados – Restabelecimento da conformidade legal: adequação do edital à RDC nº 497/2021 e ao objeto contratado. Ampliação da competitividade: eliminação de exigência indevida que poderia restringir a participação de fornecedores. Prevenção de licitação deserta: maior probabilidade de propostas válidas em razão da adoção de requisitos compatíveis com a legislação. Transparência e confiança: aprimoramento da clareza quanto aos requisitos documentais e critérios de habilitação/exigência.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou responder as seguintes questões e subquestões de auditoria:

1. Há a necessidade de cobrança do Certificado de Boas Práticas de Fabricação no Pregão 90014/2025?

Em resposta à essa questão de auditoria é possível concluir que não é necessária a cobrança do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para o pregão, pois o objeto é a aquisição de materiais químicos e a RDC 497/2021 não aplica o CBPF a esse escopo.

Observação: De acordo com a Orientação Prática: Relatório de Auditoria, Item 4.4, Pag. 48 da CGU¹, os relatórios de auditoria não são mais assinados pelos membros da equipe realizadora do trabalho, tendo em vista o caráter institucional desses relatórios e a utilização cada vez mais frequente de sistemas informatizados para emití-los e encaminhá-los às partes interessadas. Os dados dos membros da equipe, no entanto, devem ser registrados no sistema informatizado utilizado para a emissão do relatório.

¹ https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44974/5/Orientacao_pratica_relatorio_de_auditoria_2019.pdf

ANEXOS

I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Achado nº 1

Manifestação da unidade auditada

Análise da equipe de auditoria